

Aviso de Contratação 3/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
3/2024	240252-INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA	CELIO LOPES ROZADO	07/11/2024 14:22 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		01239.000392/2024-61

Preâmbulo

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90004/2024
(Processo Administrativo nº 01239.000392/2024-61)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Instituto Nacional da Mata Atlântica, UASG 240252, por meio da Coordenação de Administração, realizará a Dispensa na forma ELETRÔNICA, pela pesquisa de preços concomitante ao recebimento de propostas, com critério de julgamento do menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável, através do site eletrônico www.gov.br/compras, sendo que a consulta aos arquivos e seus anexos estarão disponíveis também no Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br).

Período de propostas: entre 08/11/2024 08h00min. a 13/11/2024 07h59min.

Período de lances: em 13/11/2024 08h00min. às 14h00min.

Links:

- <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
- <https://pncp.gov.br/>
- <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>

Caso o fornecedor desconheça as novas funcionalidades do sistema, deverá acessar o Canal do Ministério da Economia no youtube, conforme link: <https://www.youtube.com/watch?v=6gcIYuQV8PI&t=4752s> e assistir entre os minutos 1:11:50 e 1:19:00.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1 O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais permanentes para o Instituto Nacional da Mata Atlântica e Ecoparque da Mata Atlântica Augusto Ruschi , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2 A contratação será em 11 (onze) itens, conforme tabela constante abaixo:

Item	Quantidade	Unidade de Medida	DETALHAMENTO DO OBJETO
1	20	Unidade	Porta rolão de papel higiênico, material Aço inoxidável; tipo de instalação: fixação em parede; capacidade: 01 rolão de papel Higiênico 400 Metros; Dimensões: 27cm de largura, 27cm alto e 12.5cm de profundidade; com tampa; com sistema de fechamento com chave do tipo allen; acompanha chave do tipo allen e parafusos de fixação. Garantia mínima de 12 (doze) meses, assegurando a qualidade do produto e cobertura para eventuais defeitos ou problemas de fabricação.
2	2	Unidade	Carrinho Plataforma em Aço Metálico 600Kg, Material galvanizado e conta com pintura eletrostática; pneus resistentes ao impacto e atritos; estrutura reforçada com rodas com rolamento; Capacidade de carga 600 kg; Peso 54 kg; Material estrutura Aço carbono; Tipo do assoalho Metálico; Plataforma 1500 x 800 mm; Altura da plataforma 400 mm; Altura do cabo 1000 mm, cor Cinza. Garantia mínima de 12 (doze) meses, assegurando a qualidade do produto e cobertura para eventuais defeitos ou problemas de fabricação.
3	30	Unidade	MESA RETA COM DUAS GAVETAS. Dimensões: A=750mm, L=1200mm, P=600mm. Características: Tampo confeccionado em chapa de MDF com espessura mínima de 25 mm, revestida em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão, nas cores cinza claro, argila ou ovo (à escolha da unidade solicitante), com bordas de PVC na mesma cor do laminado, coladas a quente pelo sistema hot-melt; as bordas de contato com o usuário deverão possuir arredondamento superior e inferior com raio mínimo de 2,5 mm. Deverá possuir painel frontal e gavetas produzidos em MDF com 18mm de espessura, revestido nas duas faces por laminado melamínico de baixa pressão com borda de PVC com espessura mínima de 1mm, na mesma cor do móvel, coladas a quente pelo sistema hot-melt.
4	30	Unidade	CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS. Dimensões mínimas do assento: L=470mm, P=460mm. Dimensões mínimas do encosto: L=450mm, A=450mm. Cadeira giratória estofada, espaldar alto (tipo “diretor”), com apoia-braços reguláveis e rodízios, dotada de mecanismo amortecedor e regulador do assento. Capacidade mínima de carga: 120kg. Assento e encosto deverão ter estrutura em madeira compensada com 12mm de espessura, estofados em espuma de poliuretano com espessura mínima de 45mm e densidade mínima de 50kg/m³, revestidos em tecido 100% poliéster, em cor preta, de acordo com o mostruário do fornecedor.

5	1	Unidade	Geladeira degelo frost free duplex, altura 190 cm x largura 70 cm x profundidade 73,2 cm, alarme de porta aberta, cesta porta ovos, compartimento, congelamento rápido, compartimento extra frio, degelo automático, iluminação interna, prateleiras de vidro temperado, prateleiras na porta reguláveis e removíveis, recipiente para guardar gelo e iluminação no compartimento do refrigerador. Capacidade líquida do freezer 128 litros capacidade bruta do refrigerador (l) 353, capacidade total de armazenamento 474 litros, classificação energética a ++, acabamento frontal aço pintado em branco, frequência 60 hz, voltagem 110 v, garantia do produto de 1 ano.
6	1	Unidade	Micro-ondas de bancada, com capacidade mínima de 32 litros, com prato giratório. Potência mínima: 900 W. Tensão/Voltagem: 127V. Eficiência Energética: A ou mais eficiente. Garantia mínima: 12 meses. Do tipo ou similar a Brastemp, Eletrolux ou Consul.
7	1	Unidade	Fogão de piso. Quantidade de bocas: 04. Tensão/Voltagem: Bivolt. Tipo de acendimento: Automático. Capacidade mínima do forno: 58 litros. Eficiência Energética: A. Garantia mínima: 12 meses. Do tipo ou similar a Brastemp, Eletrolux ou Consul.
8	3	Unidade	Purificador de água, com sistema de refrigeração por compressor, Tipo de refrigeração: Compressor; Utiliza gás ecológico Reservatório de água gelada 2 litros; Tensão de alimentação (v) 127v; com controle de temperatura, Água gelada - Termostato regulável de 12°C a 5°C; Bandeja removível; Modelo do Filtro de Reposição: Filtro P355; Troca do Filtro de Reposição: 6 meses ou 3.000 litros de água; Dimensões do produto A x L x P (mm) 460 x 315 x 380; Peso: 11,5 kg. Certificado pelo Inmetro, com eficiência comprovada em eliminação de impurezas e remoção de cloro, esse purificador pode ser utilizado tanto em ambiente doméstico quanto corporativo. Acionamento de água 2 torneiras. Com alças para fácil mobilidade. Altura para copos 15 cm. Garantia de 12 meses. Do tipo ou similar Latina.
9	1	Unidade	Secador de cabelo na cor preta, material PP e metal, potência 2000watts para uma secagem rápida e eficiente com fonte de alimentação elétrica, 110V e 3 temperaturas + 2 velocidades.
10	1	Unidade	Aquecedor termo ceramic, preto/prata, 1500W, 110V, fator de forma torre, ambiente interno, com função de ventilação, com proteção contra super aquecimento, com termostato, seletor de temperatura, material cerâmica 3 em 1: Aquece, circula e desumidifica o ar, garantindo um ambiente quentinho e confortável. 2 Níveis de aquecimento: Controle a temperatura de acordo com sua preferência. Resistência de Cerâmica: Aquecimento rápido e eficiente. Mais silencioso: Aquece o ambiente com baixo ruído e proporciona noites tranquilas e agradáveis. Portátil: Leve, compacto e com alça para transporte. Equipado com sistema de desligamento automático em caso de queda. Medidas aproximadas - Altura: 30,5cm; Comprimento: 20cm; Largura: 15cm
11	1	Unidade	Liquidificador 2 Litros Alta Rotação Industrial Inox 800w, aço inoxidável

1.2.1 O local de entrega será conforme "Anexo IV - Locais de Entrega"

1.2.2 A proposta no sistema deve ter constar o valor até o 2º (segundo) dígito após a vírgula, sendo que o 3º (terceiro) e 4º (quarto) dígitos após a vírgula serem zero (exemplo: 111,1100)

1.2.2.1 O fornecedor deverá apresentar sua proposta conforme Anexo III - Modelo de Proposta (12345146), contendo a ficha técnica e prospecto do (s) item (s).

1.2.3. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1 A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.1.1 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.1.2 Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.2 Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

2.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3 que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2 aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA

3.1 O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1 Após a abertura da dispensa, deverá ser respeitado o prazo de no mínimo 6 (seis) horas corridas para a fase de lances dos fornecedores;

3.2.2 Encerrada a fase de lances, sendo apresentada a ordem classificatória dos fornecedores por menor preço apresentado, deve o vencedor enviar a proposta atualizada (em no máximo 30 minutos) **SOMENTE VIA CHAT (JÁ DISPONÍVEL NO SISTEMA COMPRASNET)** juntamente com a documentação de habilitação solicitada no Anexo I deste documento;

3.2.3 Juntamente com a proposta é de extrema importância a apresentação de dados técnicos do produto (manual, prospecto, etc) para análise técnica;

3.2.4 A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, carga e descarga, fretes, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9 No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4 que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. FASE DE LANCES

4.1 A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1 *O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item/lote.*

4.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1% (um por cento).

4.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1 contiver vícios insanáveis;

5.5.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

5.13 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **30 (trinta) minutos**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste aviso de dispensa eletrônica e demais anexos já apresentados.

5.14 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.15 Poderá ser convocado mais de um licitante obedecendo a ordem de classificação, para envio de documentação exigida a fim de celeridade do processo de contratação.

6. HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

6.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7 O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.7.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor (es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.9.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

6.11 Para comprovação de qualificação técnica, as empresa deverão apresentar a seguinte documentação:

6.11.1 Cópia da Licença de Funcionamento da Empresa Contratada.

6.11.2 Apresentar documento que comprove que o local de destinação dos resíduos, entulhos, é legalizado e licenciado junto aos órgãos ambientais e municipais. As licenças solicitadas são:

6.11.2.1 Cópia da Licença de Operação e de Funcionamento do Aterro de Resíduos de Construção Civil e/ou Área de Transbordo e Triagem de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos

6.11.2.2 Declaração devidamente assinada pelo representante legal da empresa, em papel timbrado, relacionando os equipamentos e automotores que possui para a execução dos serviços, indicando marca, tipo, placas, capacidade de carga, dimensões, tara em quilos, ano de fabricação e número da licença no Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN;

6.11.2.3 Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo em nome da empresa ou de um de seus sócios, no caso de sociedade simples, empresária ou por ações e, no caso do veículo estar registrado em nome de terceiros, além do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo, cópia do correspondente contrato de locação ou "leasing" vinculando-o ao autorizatário.

7. CONTRATAÇÃO

7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2 O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1 A Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido sendo respeitado o prazo mencionado, a contar da data de seu recebimento.

7.2.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3 O aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3 As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13 Integram esta Minuta de Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Minuta Anexo I - Documentação exigida para Habilitação

Minuta Anexo II- Termo de Referência

Minuta Anexo III- Modelo de Proposta

Minuta Anexo IV - Locais de Entrega

10. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CELIO LOPES ROZADO

Responsável pela contratação direta



Assinou eletronicamente em 07/11/2024 às 14:22:30.

SERGIO LUCENA MENDES

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Documentacao exigida para Habilitacao.pdf (192.54 KB)
- Anexo II - Anexo II - Termo de Referencia.pdf (235.41 KB)
- Anexo III - Anexo III - Modelo de Proposta.pdf (203.66 KB)
- Anexo IV - Anexo IV - Locais de Entrega.pdf (158.39 KB)

**Anexo I - Anexo I - Documentacao exigida para
Habilitacao.pdf**



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA
Avenida José Ruschi, 4, - Bairro Centro,
CEP 29650-000, Santa Teresa - ES - <http://inma.gov.br>

ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Habilitação jurídica:

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 Prova de regularidade com a Fazenda estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3. Qualificação Econômico-Financeira:

3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

3.2.1 As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

3.2.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

3.2.3 No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

3.2.4 No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

3.2.5 Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado/ autenticado na Junta Comercial ou no órgão competente.

3.2.6 No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema.

3.2.7 Consideram-se “já exigíveis” as Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial referentes ao exercício social imediatamente antecedente ao ano da licitação, quando a data de apresentação dos documentos de habilitação ocorrer a partir de 01 de maio (art. 1.078, I, do Código Civil), mesmo no caso de licitantes obrigados ao SPED, devendo ser desconsiderado prazo superior para transmissão das peças contábeis digitais estabelecido por atos normativos que disciplinam o citado SPED (conforme entendimento do TCU, Acórdãos 1999/2014 e 119/2016, ambos do Plenário).

3.2.8 Empresa que, de acordo com a legislação, não tenha apurado as demonstrações contábeis referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar balanço de abertura, levantado na data de sua constituição, conforme os requisitos de legislação societária e comercial.

3.3 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

3.3.1 As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

Sérgio Lucena Mendes
Diretor do Instituto nacional da Mata Atlântica



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Lucena Mendes, Diretor**, em 07/11/2024, às 12:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12384120** e o código CRC **659DC0D8**.

Anexo II - Anexo II - Termo de Referencia.pdf

Termo de Referência 6/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2024	240252-INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA	CELIO LOPES ROZADO	07/11/2024 14:07 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		01239.000392/2024-61

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de materiais permanentes para atender as demandas dos setores do Instituto Nacional da Mata Atlântica e do Ecoparque da Mata Atlântica Augusto Ruschi, conforme quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

2.1 A aquisição de materiais permanentes para o Instituto Nacional da Mata Atlântica é uma necessidade para a continuidade e a eficácia das atividades desenvolvidas por esta instituição. Esses materiais visam melhor atender e dar condições de trabalho adequados aos funcionários, servidores, pesquisadores e visitantes que atuam diariamente na Instituição, de modo a substituir e acrescer tais equipamentos ao órgão.

2.2 A aquisição de mobiliário (mesas e cadeiras) se dá pela necessidade de alocação de novos servidores aprovados em concurso público que estarão atuando no INMA, bem como equipamentos eletrônicos (geladeira, fogão, purificador de água, micro-ondas) que serão utilizados para compor a cozinha do Ecoparque da Mata Atlântica Augusto Ruschi, onde será estabelecida a nova sede administrativa do INMA.

2.3 A aquisição de itens porta rolo de papel higiênico se dá pela necessidade de substituição dos existentes , que não estão mais em condições de uso, por estarem danificados.

2.4 A aquisição do carrinho de carga se dá pela necessidade de utilização em atividades de limpeza e conservação das áreas externas do parque do INMA e do Ecoparque.

2.5 A aquisição de um secador de cabelo é fundamental para o cuidado adequado das aves, especialmente dos papagaios idosos. O equipamento será utilizado para secar as penas após o banho de chuva, hábito comum entre eles, mesmo com a disponibilidade de uma área coberta. A secagem é essencial para evitar problemas respiratórios, como a pneumonia, causada pela permanência das aves com as penas molhadas por longos períodos.

2.6 A aquisição do aquecedor de recinto é necessário para regular a temperatura do ambiente em situações onde as aves, especialmente as que contraem pneumonia, precisam de um ambiente aquecido. Esse controle térmico é crucial para a recuperação das aves e para evitar o agravamento de doenças respiratórias, contribuindo para o bem-estar e saúde geral dos animais.



2.7 A aquisição do liquidificador é importante para a preparação adequada da dieta das aves, permitindo triturar cascas de ovo para a suplementação de cálcio, essencial para a saúde óssea e de reprodução das aves. Além disso, o equipamento será utilizado para triturar alimentos, facilitando a alimentação dos papagaios, especialmente os mais idosos ou com dificuldade de mastigação.


2.8 Por fim há a listagem de equipamentos demandados para atividades da instituição que são materiais e equipamentos que irão suprir demandas essenciais do Instituto.


3. DO DETALHAMENTO DO OBJETO



3.1 Aquisição de materiais permanentes para o Instituto Nacional da Mata Atlântica e do Ecoparque da Mata Atlântica Augusto Ruschi, conforme detalhamento abaixo:




3.2 A licitação será de 11 (onze) itens, conforme tabela abaixo:



ITEM	DESCRIÇÃO	IMAGEM ILUSTRATIVA	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	<p>Porta rolão de papel higiênico, material Aço inoxidável; tipo de instalação: fixação em parede; capacidade: 01 rolão de papel Higiênico 400 Metros; Dimensões: 27cm de largura, 27cm alto e 12.5cm de profundidade; com tampa; com sistema de fechamento com chave do tipo allen; acompanha chave do tipo allen e parafusos de fixação. Garantia mínima de 12 (doze) meses, assegurando a qualidade do produto e cobertura para eventuais defeitos ou problemas de fabricação.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa.</p>		20	Unidade	R\$ 225,00	R\$ 4.500,00
2	<p>Carrinho Plataforma em Aço Metálico 600Kg, Material galvanizado e conta com pintura eletrostática; pneus resistentes ao impacto e atritos; estrutura reforçada com rodas com rolamento; Capacidade de carga 600 kg; Peso 54 kg; Material estrutura Aço carbono; Tipo do assoalho Metálico; Plataforma 1500 x 800 mm; Altura da plataforma 400 mm; Altura do cabo 1000 mm, cor Cinza. Garantia mínima de 12 (doze) meses, assegurando a qualidade do produto e cobertura para eventuais defeitos ou problemas de fabricação.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa.</p>		2	Unidade	R\$ 2.885,85	R\$ 5.771,70
	<p>MESA RETA COM DUAS GAVETAS. Dimensões: A=750mm, L=1200mm, P=600mm. Características: Tampo confeccionado em chapa de MDF com espessura mínima de 25 mm, revestida em ambas as faces em laminado melamínico de baixa pressão, nas cores cinza claro, argila ou ovo (à escolha da unidade solicitante), com bordas de PVC na mesma cor do laminado, coladas a quente pelo sistema hot-melt; as bordas de contato com o usuário</p>					

3	<p>deverão possuir arredondamento superior e inferior com raio mínimo de 2,5 mm. Deverá possuir painel frontal e gavetas produzidos em MDF com 18mm de espessura, revestido nas duas faces por laminado melamínico de baixa pressão com borda de PVC com espessura mínima de 1mm, na mesma cor do móvel, coladas a quente pelo sistema hot-melt.</p> <p>O painel frontal deverá ter recuo mínimo de 150mm em relação à frente da mesa e altura de 370mm(±20mm); deverá ser fixo entre os pés da estrutura por meio de parafusos.</p> <p>Deverá possuir gaveteiro suspenso com 02 gavetas, medindo 400x450x460mm (LxAxP). As gavetas deverão possuir correções metálicas; fechadura com duas chaves tipo yale que realize o fechamento simultâneo das gavetas; e puxadores em formato de alça ou concha com acabamento cromado/escovado ou na mesma cor do móvel.</p> <p>A estrutura deverá ser produzida em chapa de aço nº 18 (1,2mm) ou superior, e será formada pelos seguintes componentes: barra superior horizontal com, no mínimo, 400mm de comprimento, soldada a coluna em formato de tubo oblongo medindo, no mínimo, 25x58mm, com aberturas para passagem de fios, com pés em formato de tubo oblongo, unidos às colunas através de solda, formando um “L”. A fixação do tampo na estrutura deverá ser feita através de parafusos de aço e buchas metálicas. Deverá possuir sapatas niveladoras de altura, produzida em polipropileno injetado na mesma cor do móvel. Todos os componentes metálicos externos deverão ser tratados por banho de desengraxamento, decapagem e fosfatização, e pintados com tinta epóxi-pó na mesma cor do móvel, aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa. Peças injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. Soldas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, não apresentando nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. As mesas deverão constituir peças sólidas e resistentes, sem folgas nos entalhes, empenamentos ou deformações. A critério da unidade solicitante, o tampo poderá receber furação para passagem de fios, devendo este receber capa com tampa produzida em polipropileno na mesma cor do móvel. O móvel deverá estar em conformidade com as normas de resistência, durabilidade, estabilidade e ergonomia, apresentadas pela NBR 13966: 2008. Garantia mínima de 12 (doze) meses,</p>		30	Unidade	R\$ 549,00	R\$ 16.470,00
---	---	--	----	---------	------------	---------------

	<p>assegurando a qualidade do produto e cobertura para eventuais defeitos ou problemas de fabricação.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa.</p>					
4	<p>CADEIRA GIRATÓRIA COM BRAÇOS. Dimensões mínimas do assento: L=470mm, P=460mm. Dimensões mínimas do encosto: L=450mm, A=450mm. Cadeira giratória estofada, espaldar alto (tipo “diretor”), com apoia-braços reguláveis e rodízios, dotada de mecanismo amortecedor e regulador do assento. Capacidade mínima de carga: 120kg. Assento e encosto deverão ter estrutura em madeira compensada com 12mm de espessura, estofados em espuma de poliuretano com espessura mínima de 45mm e densidade mínima de 50kg/m³, revestidos em tecido 100% poliéster, em cor preta, de acordo com o mostruário do fornecedor; o assento deverá possuir borda anterior arredondada e possuir pouca ou nenhuma conformação; o encosto deverá ser anatômico com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar. Assento e encosto deverão ser bipartidos, sendo a distância entre o topo do assento e a base do encosto de, no mínimo, 60mm, e fixados à estrutura por meio de porcas com garras e parafusos. Base giratória, em aço com capa em polipropileno na cor preta e com cinco rodízios duplo giro, com suporte em polipropileno; os rodízios deverão ter diâmetro de 50mm, em nylon preto resistente, com eixos vertical e horizontal em aço trefilado; coluna de regulagem de altura do assento por acionamento a gás que contemple de 420 a 500 mm da altura da superfície do assento em relação ao chão. O eixo vertical deverá ser dotado de anel elástico em aço que possibilite acoplamento fácil e seguro à base; deverá ter bucha de polia central que impeça o surgimento de ruídos e capa telescópica injetada em polipropileno, na cor preta, que assegure proteção contra acumulo de pó. A fixação do encosto no assento deverá ser feita através de chapa soldada no suporte inferior, presa ao mecanismo através de parafusos metálicos. Deverá possuir duas ou três alavancas independentes (não serão admitidos catracas ou gatilhos), que executem as seguintes regulagens: a) altura do assento; b) inclinação do conjunto assento e encosto com bloqueio em qualquer posição através de sistema “freio-fricção” totalmente independentes. Os dispositivos de regulagem devem ser projetados de modo a evitar movimentos involuntários, bem como travamentos ou afrouxamentos indesejados das partes estruturais da cadeira. Deverá</p>		30	Unidade	R\$ 691,00	R\$ 20.730,00

	<p>possuir apoia-braços em formato anatômico, altura regulável que contemple posicionamento de 200 a 250 mm de distância a partir da superfície do assento, largura regulável que contemple distância interna de 540 a 640 mm entre os apoia-braços, produzidos em aço e injetados em poliuretano. Todos os componentes metálicos deverão ser tratados por banho de desengraxamento, decapagem e fosfatização, e pintados com tinta epóxi-pó cor preta, aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa. Peças Injetadas não devem apresentar rebarbas, falhas de injeção ou partes cortantes, devendo ser utilizados materiais puros e pigmentos atóxicos. Soldas deverão ter superfícies lisas e homogêneas, não apresentando nenhuma superfície áspera, pontos cortantes ou escórias. O conjunto do móvel deverá estar em conformidade com as normas de resistência, durabilidade, estabilidade e ergonomia, apresentadas pela NR-17 e pela NBR13962:2018. Garantia mínima de 12 (doze) meses, assegurando a qualidade do produto e cobertura para eventuais defeitos ou problemas de fabricação.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa.</p>					
5	<p>Geladeira degelo frost free duplex, altura 190 cm x largura 70 cm x profundidade 73,2 cm, alarme de porta aberta, cesta porta ovos, compartimento, congelamento rápido, compartimento extra frio, degelo automático, iluminação interna, prateleiras de vidro temperado, prateleiras na porta reguláveis e removíveis, recipiente para guardar gelo e iluminação no compartimento do refrigerador. Capacidade líquida do freezer 128 litros capacidade bruta do refrigerador (l) 353, capacidade total de armazenamento 474 litros, classificação energética a ++, acabamento frontal aço pintado em branco, frequência 60 hz, voltagem 110 v, garantia do produto de 1 ano.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa.</p>		1	Unidade	R\$ 3.910,00	R\$ 3.910,00
6	<p>Micro-ondas de bancada, com capacidade mínima de 32 litros, com prato giratório. Potência mínima: 900 W. Tensão/Voltagem: 127V. Eficiência Energética: A ou mais eficiente. Garantia mínima: 12 meses. Do tipo ou similar a Brastemp, Eletrolux ou Consul.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa.</p>		1	Unidade	R\$ 640,00	R\$ 640,00

7	<p>Fogão de piso. Quantidade de bocas: 04. Tensão/Voltagem: Bivolt. Tipo de acendimento: Automático. Capacidade mínima do forno: 58 litros. Eficiência Energética: A. Garantia mínima: 12 meses. Do tipo ou similar a Brastemp, Eletrolux ou Consul.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa.</p>		1	Unidade	R\$ 1.360,00	R\$ 1.360,00
8	<p>Purificador de água, com sistema de refrigeração por compressor, Tipo de refrigeração: Compressor; Utiliza gás ecológico Reservatório de água gelada 2 litros; Tensão de alimentação (v) 127v; com controle de temperatura, Água gelada - Termostato regulável de 12°C a 5°C; Bandeja removível; Modelo do Filtro de Reposição: Filtro P355; Troca do Filtro de Reposição: 6 meses ou 3.000 litros de água; Dimensões do produto A x L x P (mm) 460 x 315 x 380; Peso: 11,5 kg. Certificado pelo Inmetro, com eficiência comprovada em eliminação de impurezas e remoção de cloro, esse purificador pode ser utilizado tanto em ambiente doméstico quanto corporativo. Acionamento de água 2 torneiras. Com alças para fácil mobilidade. Altura para copos 15 cm. Garantia de 12 meses. Do tipo ou similar Latina.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa.</p>		3	Unidade	R\$ 700,00	R\$ 2.100,00
9	<p>Secador de cabelo na cor preta, material PP e metal, potência 2000watts para uma secagem rápida e eficiente com fonte de alimentação elétrica, 110V e 3 temperaturas + 2 velocidades.</p> <p>Imagem meramente ilustrativa.</p>		1	Unidade	R\$ 199,00	R\$ 199,00
10	<p>Aquecedor termo ceramic, preto/prata, 1500W, 110V, fator de forma torre, ambiente interno, com função de ventilação, com proteção contra super aquecimento, com termostato, seletor de temperatura, material cerâmica 3 em 1: Aquece, circula e desumidifica o ar, garantindo um ambiente quentinho e confortável. 2 Níveis de aquecimento: Controle a temperatura de acordo com sua preferência. Resistência de Cerâmica: Aquecimento rápido e eficiente. Mais silencioso: Aquece o ambiente com baixo ruído e proporciona noites tranquilas e agradáveis. Portátil: Leve, compacto e com</p>		1	Unidade	R\$ 260,00	R\$ 260,00

	<p>alça para transporte. Equipado com sistema de desligamento automático em caso de queda. Medidas aproximadas - Altura: 30,5cm; Comprimento: 20cm; Largura: 15cm</p> <p>Imagem meramente ilustrativa.</p>					
11	<p>Liquidificador 2 Litros Alta Rotação Industrial Inox 800w, aço inoxidável</p> <p>Imagem meramente ilustrativa.</p>		1	Unidade	R\$ 630,00	R\$ 630,00
TOTAL						R\$ 56.570,70

3.2 O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3.4 Os códigos CATMAT/CATSER informados no quadro acima, indicam a maior similaridade com os itens a serem adquiridos pelo INMA.

3.4.1 Para informar os códigos de CATMAT/CATSER, foi utilizada a ferramenta de busca de itens catalogados do Portal de Compras do Governo Federal que se encontra publicamente disponível e pode ser consultada no seguinte endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/ferramenta-de-busca-catmat-catser>.

3.5 Para fornecimento de produtos/materiais é necessário informar na proposta: prazo de entrega; garantia do serviço; marca do produto; validade da proposta e prospecto (Anexo III - Modelo de Proposta).

3.6 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica na plena aceitação das condições estipuladas neste Termo de Referência.

3.7 Os objetos da presente licitação enquadram-se na categoria de bens e serviços comuns nos termos do artigo 1º da lei 10.520/2002 e artigo 1º e art. 3º inciso II do decreto 10.024/2019 e atende o inciso III do art.6º da IN nº. 01/2019 de 04 de abril de 2019, alinhada à Política de Governança Digital, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020.

3.8 A presente contratação se aplica ao disposto no decreto 7.174 de 12 de maio de 2010.

3.9 Os componentes devem ser fornecidos pelo fabricante e homologados para o equipamento. Não serão aceitos equipamentos com adições de peças que não constem no datasheet oficial do equipamento.

3.10 Em caso de divergências serão solicitadas informações complementares para comprovação das especificações técnicas dos equipamentos.

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1. A aquisição será feita mediante dispensa eletrônica, conforme inciso II, do artigo 75, da Lei n. 14.133/21 e Instrução Normativa SEGES/ME n.º 67, pelo menor preço por item.

5. GARANTIA DO PRODUTO

5.1 O prazo de garantia é de 12 (doze) meses, de acordo com o inciso II, do artigo 26, da Lei n. 8 078/90 - Código de Defesa do Consumidor.

5.2 Caso o fabricante/fornecedor possuir uma garantia maior que a determinada neste Termo de Referência, prevalecerá a maior.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Acompanhar e fiscalizar, através do responsável, o recebimento dos equipamentos e atestar a regularidade da entrega.

6.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.3 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

6.4 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao correto fornecimento dos materiais/equipamentos, bem como receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

6.5 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução da contratação, cabendo ao INMA registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução, sugerindo o que for necessário à regularização das falhas, faltas ou impropriedades observadas e, quando necessário, solicitar, em tempo hábil, decisões e providências que ultrapassem sua competência.

6.6 Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA para entrega dos materiais.

6.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

6.8 Notificar, por escrito, à CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no produto, fixando prazos para sua correção.

6.9 O INMA não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.10 Rejeitar, no todo ou em parte o produto em desacordo com as respectivas especificações.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Assumir todas as despesas decorrentes do transporte dos materiais, e instalação, inclusive carga e descarga, até os locais indicados nas descrições dos itens constantes neste Termo de Referência.

7.2 Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

7.3 Assegurar a Contratante o direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os materiais que não estejam de acordo com as condições estabelecidas no edital, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades provenientes do contrato.

7.4 Assumir todas as despesas decorrentes de substituição de qualquer material recusado pelo Contratante.

- 7.5 Respeitar todas as legislações vigentes referentes ao transporte e acondicionamento das respectivas mercadorias.
- 7.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 7.7 Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal detalhada.
- 7.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- 7.9 O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir, remover às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, o produto com avarias ou defeitos.
- 7.10 Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente licitação.
- 7.11 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 7.12 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.
- 7.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 7.14 Fornecer os equipamentos de acordo com as especificações discriminadas neste Termo de Referência.
- 7.15 Entregar os equipamentos de acordo com o requisitado pelo responsável.

8. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Consoante o disposto no Art. 32 da Lei nº 12.305/2010, as embalagens dos produtos devem ser fabricadas com materiais que propiciem a sua reutilização ou a reciclagem, devendo-se assegurar que sejam restritas em volume e peso às dimensões requeridas à proteção do conteúdo e à comercialização dos produtos, projetadas de maneira que a sua reutilização seja tecnicamente viável e compatível com as exigências aplicáveis ao produto que contém, ou recicladas, se a reutilização não for possível.

8.2 O presente Termo de Referência atende ao disposto no Art. 2º do Decreto nº 8.241/2014, contendo os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para identificar os materiais a serem contratados, incluindo suas especificações técnicas.

9. DO FORNECIMENTO, RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO

9.1 Após a homologação da dispensa eletrônica, o(s) licitante(s) vencedor(es) terão prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da ciência do recebimento da nota de empenho, para efetivar as entregas dos produtos cotados.

9.2 Os itens devem ser embalados adequadamente, evitando-se umidade, de forma que não sofram danos durante o transporte ou armazenamento.

9.3 Os produtos serão recebidos na sede do Instituto Nacional da Mata Atlântica que realizará conferência dos materiais /serviços. Havendo divergência, a contratada deves substituir a suas expensas todo e qualquer material/serviço em desacordo com este termo de referencia.

9.4 O prazo de entrega dos materiais poderá ser prorrogado até, por igual período a critério da Contratante, desde que requerido pelo(s) licitante(s) vencedor(es) por escrito até 48 (quarenta e oito) horas, antes do seu termino final e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Contratante.

9.5 Consoante o artigo nº 45 da Lei nº 9784/1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

10. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

10.1 O aceite/aprovação dos equipamentos pelo órgão interessado não exclui a responsabilidade civil da empresa por vícios de quantidade ou qualidade dos equipamentos ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

10.2 Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas com transporte, seguros, impostos, taxas e contribuições, despesas administrativas, lucro e demais insumos necessários à sua composição.

11. CONTRATAÇÃO

11.1 A contratação será feita na modalidade de compra direta sem contrato firmado entre o Instituto Nacional da Mata Atlântica e a empresa contratada, mas tão somente a Nota de Empenho.

11.2 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. PAGAMENTO

12.1 A CONTRATADA deverá encaminhar, preferencialmente, por e-mail (selic@inma.gov.br), a Nota Fiscal que consignará valores em Reais, o nome do banco, agência e número da conta corrente, ao setor responsável pela aquisição, que atestará a Nota Fiscal. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário na conta corrente da Contratada, em até 30 (trinta) dias úteis, contado da data do protocolo da Nota Fiscal no setor competente.

12.2 O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal apresentada pela contratada.

12.3 O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

12.4 Antes do pagamento, O INMA realizará consulta on line ao SICAF e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da adjudicatária, devendo o resultado ser autenticado e juntado ao processo de pagamento.

12.5 A comprovação da regularidade fiscal abrange: Certidão de Regularidade de Situação perante o FGTS-CRF; Certidão Negativa de Débitos/INSS; Certidão de Débitos Trabalhistas e Certidão quanto a Dívida Ativa da União.

12.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

12.7 A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

12.8 O INMA, na data do pagamento, efetuará as retenções devidas, se houver, de acordo com a legislação e normas vigentes.

12.9 Em cumprimento às normas e procedimentos previstos na Instrução Normativa nº 1234/2012 e alterações, expedida pela Secretaria da Receita Federal, a Contratante irá promover a retenção na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, sobre os pagamentos que efetuar a Pessoas Jurídicas em razão do fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observados os procedimentos pertinentes, exceto para as empresas optantes do Simples Nacional quando, por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, comprovarem a referida opção mediante declaração de opção pelo referido regime tributário.

12.10 Caso o vencedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

12.11 O pagamento não será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

12.12 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

12.13 Em caso de entregas de itens/produtos em mais de uma remessa, o prazo de pagamento será contado a partir da data da última entrega.

12.14 Em caso de entrega de forma parcial ou fracionada, o pagamento poderá ser realizado da mesma forma pela contratante, sendo contado o prazo de pagamento da data da entrega. Nesta hipótese, será necessária a emissão de notas fiscais de venda separadas para cada entrega.

13. PENALIDADES

13.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades, previstas no artigo 104 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo da inscrição no Registro de Ocorrências do SICAF:

13.1.1 Advertência, nas hipóteses de execução irregular das obrigações assumidas no contrato, que não resulte prejuízo para o serviço desta Gerência;

13.1.2 Multa, prevista conforme descrito no subitem 13.1.8, nas hipóteses de inexecução do contrato, com ou sem prejuízo para o serviço;

13.1.3 Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com este Órgão, por período de até 2 (dois) anos, nas hipóteses e nos termos da Lei nº 14.133/21;

13.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/21;

13.1.4.1 A aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos com a Administração Pública, conforme estabelece o § 2º, art.40, da IN SLTI nº 02, de 11/10/2010.

13.1.5 O atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos estipulados, sujeitará a Contratada à multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato ou sobre o valor correspondente à parte não executada, se for o caso.

13.1.6 A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 10% (dez por cento), o que não impede, a critério da administração da GRA/MT, a aplicação das demais sanções a que se referimos nos subitens 13.1.1 a 13.1.4;

13.1.7 A multa referida no item 13.1.8 será cobrada administrativamente, enquanto que aquelas referidas nos itens 13.1.2 e 13.1.5 serão cobradas por compensação financeira dos créditos que a licitante tiver a receber e não impedem, em razão da extensão da falta cometida, a aplicação das demais sanções previstas no item 13.

13.1.8 Caso a CONTRATADA se recuse a receber a Nota de Empenho ou a assinar o contrato no prazo indicado, sem motivo justificado, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida. Na ocorrência da hipótese referida neste item, a GRA/MT anulará a Nota de Empenho e aplicará à empresa, multa de 10% sobre o valor total estimado da aquisição.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da presente aquisição poderá ocorrer em dotação orçamentária, na classificação abaixo:

GESTÃO: 00001

FONTE: 1000000000

DESPESA: 172663/ 233758

PI: 20000019-02 /218D000-02

NATUREZA DA DESPESA: 449052

15. LOCAL PARA ENTREGA DO MATERIAL

15.1 Endereço: Avenida José Ruschi, N° 04, Centro, Santa Teresa- Espírito Santo - CEP 29.650-000.

15.3 Horário de expediente, a saber: 2ª a 6ª feira, de 08h30 às 11h30 e de 13h às 16h30.

15.4 As entregas deverão ser direcionadas ao setor Administrativo do INMA, para análise da conformidade.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CELIO LOPES ROZADO

Responsável pela contratação direta

SERGIO LUCENA MENDES

Autoridade competente

Anexo III - Anexo III - Modelo de Proposta.pdf



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO



INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA
Avenida José Ruschi, 4, - Bairro Centro,
CEP 29650-000, Santa Teresa - ES - <http://inma.gov.br>

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

Ao Instituto Nacional da Mata Atlântica - INMA;

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.S^a, nossa proposta de preços para a aquisição dos materiais e/ou prestação de serviços abaixo relacionados, conforme o termo de referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
				R\$	R\$
				R\$	R\$
TOTAL					R\$

O prazo de validade da proposta de preços é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da Dispensa Eletrônica.

O prazo de entrega será de acordo com o estipulado no Termo de Referência.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no termo de referência, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas nele especificadas.

Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, gastos com transportes, seguros ou quaisquer outros que possam incidir sobre os custos dos serviços, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Caso nos seja adjudicado o objeto da Dispensa Eletrônica, comprometemo-nos a entregá-lo no prazo determinado no documento de convocação; assim, após cumpridas nossas obrigações, e para fins de posterior pagamento, fornecemos os seguintes dados:

Dados da Empresa:

a) Razão Social:

b) CNPJ/MF:

c) Endereço (Rua, Nº, Bairro, complemento):

d) CEP:

e) Cidade/UF:

f) Tel./Fax:

g) E-mail:

h) Banco:

i) Agência:

j) Conta:

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

a) Nome:

b) Endereço (Rua, Nº, Bairro, complemento):

c) CEP:

d) Cidade/UF:

e) CPF/MF:

f) RG/Órgão Expedidor:

g) Cargo/Função:

h) Naturalidade:

i) Nacionalidade:

j) Estado Civil:

ENVIAR JUNTAMENTE COM A PROPOSTA DADOS TÉCNICOS DO PRODUTO OFERTADO (MANUAL, PROSPECTO, ETC).

Local _____, _____ de _____ de 2024.

(Nome do Representante Legal)
(Nome da Empresa)



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Lucena Mendes, Diretor**, em 07/11/2024, às 12:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12384152** e o código CRC **9B2184A0**.

Anexo IV - Anexo IV - Locais de Entrega.pdf



INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA
Avenida José Ruschi, 4, - Bairro Centro,
CEP 29650-000, Santa Teresa - ES - <http://inma.gov.br>

ANEXO IV

LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS

ITENS	INSTITUIÇÃO	ENDEREÇO
1 A 11	INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA	Local de entrega: Avenida José Ruschi, 04, Centro Santa Teresa-ES CEP: 29.650-000 Segunda-feira a sexta-feira

Sérgio Lucena Mendes
Diretor do Instituto nacional da Mata Atlântica



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Lucena Mendes, Diretor**, em 07/11/2024, às 12:39 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **12384158** e o código CRC **9B7BB7AD**.